mo Fontenelle ou Maupertuis — viam o mundo físico, o homem e sua condição.

Finalmente, a unidade da noção lhe pareceu mais funcional do que semântica. Ao mesmo tempo **idéia-fôrça e idéia-freio,** a idéia de natureza está em todos os domínios — no sábio ou no artista como no moralista, no político ou no teólogo — uma noção valorizada, que diz simultâneamente o fato e o direito.

O otimismo da primeira metade do século XVIII funda-se sôbre essa mantida ambigüidade complacente e que queria que a necessidade natural fôsse quase sempre sentida como o inverso duma finalidade. Isso quer dizer que a idéia de natureza é então muito menos e muito mais que um conceito filosófico: uma ideologia geradora de mitos, cujas mentiras preludiam entretanto o nascimento do homem moderno.

E. S. P.

*

MAURO (Frédéric). — **L'Expansion européenne: 1600-1870.** Paris, Presses Universitaires de France, 1964. 417 pp. in-8. (Nouvelle Clio, n.º 27).

Obra de caráter prático, expositiva e bibliográfica, consistindo em observações dum professor que se dedica há longos anos à história colonial, apresentada em ordem lógica, evitando considerações supérfluas, não pretendendo ser exaustiva, nem substitutiva quanto às bibliografias já existentes do assunto. Detem-se nos problemas históricos que pareceram ao Autor mais importantes, com referências apenas à bibliografia, com relação a outros fatos. Insiste mais nos assuntos passíveis de novas pesquisas. Em sua I parte, cita as fontes, agrupando-as pela respectiva posição geográfica — assim são citados os vários arquivos nacionais de muitos países; arrola, em cunho sistemático, obras isoladas, ou coleções de viagens e outras; completa a bibliografia com citações de publicações especializadas nacionais e internacionais. Trata das expansões e problemas coloniais metòdicamente, tomando cada país de per si, analisando-lhes a obra de expansão e colonizadora nas diferentes regiões geográficas; cuida mormente das fontes francesas, holandesas, inglêsas, portuguêsas e espanholas, dando destaque especial às fontes relativas ao Brasil, quando se refere à expansão portuguêsa. Apresenta ao final desta parte, quadro cronológico dos fatos tratados nos séculos XVII a XIX.

Na II parte, analisa as condições marítimas da época e a economia européia de então; a expansão comercial como conseqüência da colonização econômica, com base capitalista acentuada; os empreendimentos duma família, cujos membros se repartem em mares que se defrontam; as emprêsas individuais; as associações de comércio e outros pontos, explicando a falência ou êxito das mesmas emprêsas. Recompõe a estrutura econômica da época, e estuda as grandes zonas de expansão comercial — os oceanos Índico e Atlântico. Ilustram

tôdas estas observações pequenos quadros estatísticos cronológicos. Relata a ação dos diversos países colonizadores europeus; expõe a expansão agrícola, a industrial e o problema da mão-de-obra; aprecia ainda a economia do tempo sob o prisma dos produtos explorados; descreve as instituições políticas da época; o papel das doutrinas filosóficas em voga, e os problemas intercontinentais que se abrem no tempo. Comenta a atuação das missões e o entrelaçamento das culturas do mundo estudado. Expõe a estabilização e o declínio dos fatos, com menção particular da França e suas colônias, até 1880. Conclui pelo destaque dos países colonizadores, não tanto pela extensão de terras coloniais que conservaram, mas pela respectiva influência econômica e cultural.

Na III parte, focaliza os problemas decorrentes da expansão econômica, subdividindo-os sistematizadamente e tratando-os de modo individual quanto aos aspectos geográficos, econômicos e sociais, concluindo pela importância das questões sociológicas para o verdadeiro conhecimento não só dos processos históricos, como também do conteúdo humano dos continentes que, aparentemente superados pela colonização européia, continuaram entretanto a ter sua evolução própria, deduzida através das novas perspectivas que lhes lança a metodologia histórica atual, acordada pelas inúmeras e imensas influências que, até o tempo delimitado na obra, pareciam esquecidas pelos países colonizadores europeus.

GUIOMAR CARVALHO FRANCO

*

VIGIER (P.). — **Essai sur la répartition de la proprieté foncière dans la région alpine et son évolution des origines du cadastre a la fin du Second Empire.** Coleção "Les hommes et la terre". Publicação da "École Pratique des Hautes Études" (6e Section). Paris. S.E.V.P.E.N. 1964.

Descrevendo como a terra era repartida há cem anos entre os habitantes dos cinco departamentos da França do Sudeste (Isère, Drôme, Vaucluse, Hautes et Basses Alpes) e considerando como evoluiu essa repartição durante os cinqüenta anos que vão do início da Monarquia Constitucional ao fim do Segundo Império, o autor quis fazer uma obra histórica, e não uma geográfica ou jurídica. O exame de 680 matrizes cadastrais, a consulta de numerosas fontes manuscritas e impressas lhe permitiram elaborar um método de pesquisa e chegar a certas conclusões que sublinham os laços estreitos existentes entre o regime da propriedade e a conjunção sócio-política. Levando-se em conta as condições próprias da região considerada, essa obra deve ajudar a melhor compreender a sociedade rural francesa no último século, a esclarecer o comportamento dos "camponeses" durante um período da história francesa em que êles desempenharam um papel decisivo e ainda mal conhecido.

E. S. P.